

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCN): UMA ORIENTAÇÃO CURRICULAR QUE ATENDEU AO MERCADO

Jéssica Santos do Nascimento
jessica.santosnascimento@ufpe.br
Universidade Federal de Pernambuco

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo apontar como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), lançado como documento orientador curricular alimentava expectativas do mercado.

Os PCN tem o papel de incentivar um conjunto de atores da sociedade, governo e pais, ao debate sobre os seguintes temas: questões da sociedade brasileira, como as ligadas à Ética, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural, Saúde, Trabalho e Consumo entre outros temas relevantes. Anunciava a importância da aquisição dos conhecimentos culturalmente valorizados na inserção ao processo de escolarização (GALIAN, 2014). Essa organização dos PCN se propunha a:

[...], na medida em que o princípio da equidade reconhece a diferença e a necessidade de haver condições diferenciadas para o processo educacional, tendo em vista a garantia de uma formação de qualidade para todos, o que se apresenta é a necessidade de um referencial comum para a formação escolar no Brasil, capaz de indicar aquilo que deve ser garantido a todos, numa realidade com características tão diferenciadas, sem promover uma uniformização que descaracterize e desvalorize peculiaridades culturais e regionais (BRASIL, 1998, p. 28).

Segundo Galian (2014) tais processos formativos “focalizavam a questão do conhecimento, da informação e do domínio técnico- científico com o objetivo de formação de recursos humanos flexíveis, adaptáveis às exigências do mercado”.

O percurso metodológico foi à pesquisa exploratória que abrange um leque amplo de conhecimentos sobre o objeto estudado, e para Piovesan e Temporini (1995, p. 321) tem “por objetivo conhecer a variável de estudo tal como se apresenta, seu significado e o contexto onde ela se insere. Pressupõe-se que o comportamento humano é melhor compreendido no contexto social onde ocorre”.

Desenvolvimento

Diante os processos que respaldaram a globalização, um dos acontecimentos que intensificaram as mudanças advindas da relação entre educação e mercado foi a Conferência sobre Educação em Jomtien, na Tailândia, promovida pela Unesco, Unicef,

PNUD e Banco Mundial (BM), em 1990, que resultou na Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem (NEBA).

Para Adrião (2022):

Os ajustes à globalização econômica e às orientações neoliberais, com o consequente processo de revisão da organização e do funcionamento do Estado brasileiro, por meio da reforma na gestão pública, têm sido longos e incluem alterações no texto constitucional e no consequente marco regulatório e normalização, além de adequações nos diferentes níveis governamentais, previstos no complexo modelo federativo brasileiro, condição que imprime ritmos e qualidades distintas em sua implementação (ADRIÃO, 2022, p. 86).

De acordo com Zeppone (2011) essa Declaração foi mais que um esforço de garantir a educação básica, legitimou os parâmetros das necessidades básicas de aprendizagem e o seu alcance, descaracterizando um quadro de exclusão, na verdade ampliando a capacidade de cooptação de pessoas, onde a sociedade deve garantir o mínimo.

Alguns dos 10 objetivos expressos na Declaração sinalizam a referência às necessidades básicas de aprendizagem, o que se justifica pela necessidade de instrução para a sobrevivência, dado o contexto mundial caótico apresentado na década de 80, em que 60% das meninas não tinham acesso ao ensino primário.

Essa Conferência encaminhou alguns dos principais documentos nas políticas curriculares, os PCN foram um deles que se destacou entre as demais propostas curriculares anteriores, pois constituem o primeiro nível de concretização curricular. São uma referência nacional para o ensino fundamental; estabelecem uma meta educacional” (BRASIL, 1998).

Além dessa Declaração Mundial, foram produtos dessa Conferência o Plano Decenal de Educação, de 1993, elaborado pelo MEC com previsão para execução em uma década (1993 a 2003).

O Plano Decenal é conjunto de diretrizes de política em processo contínuo de atualização e negociação, cujo horizonte deverá coincidir com a reconstrução do sistema nacional de educação básica. Assim, a edição que ora se apresenta à sociedade brasileira, se por um lado procurou incorporar propostas várias, de outro, permanece aberta a novos aperfeiçoamentos, sobretudo no âmbito das escolas, de seus dirigentes e de seus professores (PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO, 1993, p. 15).

O objetivo desse Plano foi garantir até 2003 às crianças, jovens e adultos os conteúdos mínimos de aprendizagem, contemplando os anseios básicos da vida contemporânea¹.

Incitado por essas mudanças, no mesmo sentido com que se executou em outros países, como Espanha, Estados Unidos, Inglaterra e Argentina, os referências curriculares já com envergadura ao currículo nacional foram inseridos nas políticas educacionais brasileiras. Essa inserção promoveram as necessidades de dois relatórios de análise de propostas curriculares de ensino fundamental e ensino médio encaminhadas entre 1990 à 2010 aos estados e municípios, um prévio ao PCN e outro sequente (GALIAN, 2014) ; os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil/RCNEI; os PCN para o Ensino Fundamental em dezembro de 1995 e Projeto Currículo em Movimento², do MEC e Referenciais Curriculares para o Ensino Médio e Diretrizes Curriculares para a Educação Básica.

Como afirma Aguiar (2015, p. 271) “Nas últimas décadas, o cenário da economia cada vez mais globalizada tem redefinido as articulações entre os sistemas educativos e os produtivos, com repercussões no papel do Estado e nas regulações do campo educacional”. Essas ações foram lançadas para impulsionar os processos de globalização.

Assim, o processo de globalização ampliou as bases para novas formas na economia. Uma forma de compreender a globalização para Ball (2004) é a gestação das tendências globais em memórias locais que ele denomina de “glocalização”, que gera diversidade política e políticas híbridas.

As críticas

Segundo Galian (2024, p.53) juntamente com a divulgação do documento ocorreram às críticas aos PCN:

- PCN absorveu as então novas exigências da ordem econômica e as políticas de cunho neoliberal, expresso no documento com as palavras-chaves consenso, entre elas competitividade, produtividade, flexibilidade e desempenho. (GALIAN, 2014).
- Ênfase na psicologia com reverberação no empobrecimento do currículo, desconsiderando aspectos sociológicos, políticos e culturais. (GALIAN, 2014).

¹ Ver documento oficial do Plano Decenal de Educação, de 1993.

² proposta feita durante a elaboração dos PCN.

- A transversalidade colocada no PCN sem muita orientações, desvinculada do contexto de produção das culturas e colocando a escola como um local isento de qualquer discriminação em valorização a manutenção da organização por disciplinas. (GALIAN, 2014).

Galian (2014) avalia que o princípio de base comum nacional expressa no PCN representa muito mais uma indicação de como fazer com tom de obrigatoriedade.

O direcionamento entorno das concepções de “Base Comum Nacional”, “Currículo Nacional” e “Parâmetros Curriculares Nacionais”, e os apontamentos de detalhes com “o quê”, “como deve” e “quem deve” se aproximam mais de uma demanda em direção ao currículo do que a parâmetros (GALIAN, 2014).

Moreira (1996) infere que o PCN não cumpriu com a ideia de parâmetro:

No documento introdutório se diz que a escolha por parâmetros e não por um currículo nacional buscou preservar a autonomia das diferentes instâncias de governo. Podem as detalhadas recomendações dos documentos favorecer propostas que preservem de fato especificidades locais e diversidades culturais?. (MOREIRA, 1996, p. 17).

Na elaboração dos PCN se vivia um clima de mudanças junto ao pós-golpe militar, um contexto latente por qualidade da educação e com lutas pelas democratização nas escolas.

Conclusões

Os PCN lançado como orientação para o currículo foi uma das primeiras tentativas de se instituir um currículo nacional, motivado em um contexto de crescentes processos de globalização, a política validade as necessidades básicas de mercado, com valorização da competitividade, equidade, produtividade, cidadania, flexibilidade, desempenho, integração e descentralização.

Referências

ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas. **Dimensões da Privatização da Educação Básica no Brasil**: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990. Brasília: ANPAE, 2022.

AGUIAR, M. A. S. [Entrevista]. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 271-281, jul./dez. 2015. Disponível em: https://www.cnte.org.br/images/stories/retratos_da_escola/retratos_da_escola_17_2015.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.

BALL, S. J.. Performatividade, privatização e o pós-Estado do Bem-Estar. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 89, p. 1105–1126, set. 2004.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Plano decenal de educação para todos**. Brasília, DF: MEC, 1993

GALIAN, C. V. A. Os PCN e a elaboração de propostas curriculares no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 44, n. 153, p. 648–669, 2014. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/2812>. Acesso em: 4 jun. 2024.

MOREIRA, A. F. B. Os Parâmetros Curriculares Nacionais em questão. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 9-22, jan./jun. 1996.

PIOVESAN, A.; TEMPORINI, E. R.. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista de Saúde Pública**, v. 29, n. 4, p. 318–325, ago. 1995.

ZEPPONE, R. M. O. A conferência mundial de educação para todos e a declaração de Salamanca: alguns apontamentos. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 24, n. 41, p. 363–375, 2011.. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/3558>. Acesso em: 28 jun. 2024.